

Notas e informações

Economia. Brasil.

Comandar o segundo escalão

Não se alcançará compreender a gravidade da hora presente se não se atentar para o encadeamento dos fatos que estão fazendo história, embora não sejam vistos como tal. Não apenas essa concatenação merece ser vista com cuidado; igualmente relevante é verificar qual o sentido profundo das medidas, aparentemente desconexas.

O congelamento e o tabelamento de preços que se seguiram ao Plano Cruzado tiveram, num primeiro momento de sua implantação, efeito econômico defensável; depois se transformaram em instrumento de afirmação de vontade política, além de meio para assegurar popularidade que pudesse reforçar a imagem do presidente da República no quadro difícil da eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, que deverá decidir sobre a extensão do mandato presidencial. É preciso lembrar-se sempre de que, num primeiro momento, o ministro da Fazenda, imaginando estar cuidando de economia quando formulou o Plano, chegou a admitir perante a Câmara dos Deputados a necessidade de descongelar preços, sendo imediatamente desmentido pelo sr. José Sarney. A partir daí, tendo compreendido as razões maiores, o sr. Dílson Funaro assumiu sua postura salvacionista e tornou-se fervoroso adepto do congelamento e dos tabelamentos da Sunab, que todos os meses reduzem os preços de algumas mercadorias para que a inflação desça, oficialmente, um pouco mais.

O confisco dos rebanhos tem igual sentido eleitoral de longo prazo: a economia pode desorganizar-se desde que as posições já conquistadas no aparelho do Estado sejam preservadas e o chefe de governo possa ter condições de negociar o mandato de seis anos. Teria s. exa. essas condições se os preços estivessem altos e as esquerdas e os radicais trabalhassem sobre a frustração da massa?

Os objetivos eleitorais e de preservação do mandato longo estão evidentemente presentes em todas essas ações. Há, porém, outros — e é para eles que queremos chamar atenção, pois, se a Nação pode suportar sem maiores problemas o presidente Sarney governar seis anos, não resistirá à ação deletéria daqueles que — hoje temos a certeza —, conscientemente, estão desarticulando a economia nacional. Os fatos aí estão — é apenas vê-los e registrá-los. Aliás, convém que sejam gravados em mármore para que deles não se esqueça.

A desorganização da economia está-se processando por decisões (ou ausência delas) adotadas especialmente no segundo escalão, explorando o messianismo do sr. Dílson Funaro. O ministro da Fazenda imagina comandar o processo porque está permanentemente em contato com os credores estrangeiros, tentando impor-lhes as condições que o governo Sarney estabeleceu para o pagamento da dívida

externa. Os assessores presidenciais, quando não o próprio chefe de governo, podem esclarecer a opinião pública a respeito do sentido que o sr. José Sarney quer imprimir à economia brasileira, abrindo-a para o Exterior. Uns e outros podem estabelecer essas diretivas, que não serão cumpridas — o capital estrangeiro está discriminado no País e disso já se apercebeu.

Domingo último, alertávamos para o fato, já público, de que os capitais estrangeiros estão em fuga por não encontrar estabilidade institucional nem interesse por sua presença no Brasil da parte daqueles que, no governo, fazem a política real. À advertência que fazíamos — apoiada em denúncia de eminentes líderes empresariais — cabe acrescentar, hoje, um dado simples: no primeiro semestre deste ano, segundo informações seguras, houve repatriamento de 130 milhões de dólares e a entrada, como investimento de risco, de 5,8 milhões de dólares, suficientes para criar 517 empregos! Enquanto isso, a população continua crescendo e suas exigências e carências aumentam dia a dia, o que requer mais e mais investimentos produtivos, todos de longa ou média maturação.

Esse processo, em que o segundo escalão toma as decisões importantes por meio de portarias e resoluções, deve somar-se à agressividade com que a burocracia exerce seu poder sobre a sociedade. No Palácio do Planalto talvez não se tenham dado conta de que, enquanto o Poder Judiciário não for de fato prestigiado, e enquanto não se der aos cidadãos a possibilidade de bater diretamente no Supremo Tribunal Federal para terem garantidos seus direitos, o presidente não governará! Note-se que não nos preocupa apenas o fato de os brasileiros estarem ficando cada dia mais com menos capacidade de resistir ao arbítrio dos burocratas do segundo escalão. Preocupa-nos, igualmente, a circunstância de o chefe de Estado estar sendo manietado por interesses pessoais ou burocráticos, e não ter a alertá-lo — para que corrija a rota de sua ação administrativa — arrestos da Justiça respondendo o Direito em seu devido lugar.

Hoje se legisla ao arrepio da lei e se impõem decisões administrativas sem atentar para sua consonância ou não com a Constituição. Isso se faz porque a burocracia confia no seu poder de coação, ou corrupção, corrupção essa que, no fundo, bem vistas as coisas, é duplamente coativa. Criam-se, assim, as condições para que medidas arbitrárias e fascistas, como essas regulando o confisco do boi, sejam adotadas sem temor de reação política, mas especialmente perante o Judiciário. Ora, quando os cidadãos não recorrem ao Judiciário na defesa de seus direitos violados pelo Executivo, a liberdade acabou.

A ação deletéria contra a presença do capital estrangeiro no Brasil, associada à neces-

sidade do grupo palaciano de assegurar-se o poder até 1991, compõe quadro em que a livre iniciativa tem a perder e o País corre risco de ver-se privado dos capitais indispensáveis a seu desenvolvimento. O problema da informática — ao qual se liga agora outro igualmente grave, que é o das indústrias farmacêutica e da química fina — veio demonstrar a que ponto estão arregimentadas as forças que se opõem a que haja entendimento adulto entre o Brasil e as potências industrializadas. Igualmente, o aqodamento com que se lançou o governo a confiscar bois está a demonstrar que se pretende criar clima em que qualquer volta atrás seja vista como capitulação do poder aos interesses dos *capitalistas*.

Apenas o Judiciário poderá impedir que o clima político se torne irrespirável. Para que ele se pronuncie, porém, é indispensável que os atingidos pelas medidas de arbítrio recorram sem temor aos tribunais e não tenham suas pretensões barradas na Procuradoria Geral da República. Se o Executivo federal fosse sincero em suas intenções democráticas, não usaria jamais da prerrogativa que o arbítrio concedeu ao procurador geral da República de encaminhar, ou não, ao Supremo Tribunal Federal representações contra a inconstitucionalidade de leis. Daria livre curso a todas as ações para que por via judicial se estabelecesse, finalmente, o Estado de Direito.

O recurso ao Judiciário é da maior urgência, pois os tribunais devem estabelecer com toda a clareza até que ponto o Executivo pode ir em seu intento de intervir no domínio econômico, inclusive para regular o abastecimento. É necessário que se fixe, sem sombra de dúvida, que a legislação que regula a intervenção do Estado no domínio econômico é uma *legislação de exceção*, no preciso sentido do termo, e que como tal só pode ser interpretada restritivamente.

Se o Judiciário for chamado a pronunciar-se e reconhecer que as dúvidas quanto à vigência ou extensão da Lei Delegada n.º 4 e das portarias da Sunab devem ser resolvidas contra o Executivo, "porque a inviolabilidade dos direitos privados é a regra geral", ter-se-á andado grande passo para que o Judiciário seja também chamado a pronunciar-se sobre decisões administrativas que estão embaraçando o progresso da economia brasileira e afastando o capital estrangeiro do País.

Uma coisa deve ser estabelecida com clareza para que o horizonte não fique mais turbado do que está: não se deve tratar problemas que afetam a economia e o futuro do País tendo em vista interesses pessoais ou eleitorais. Se de fato defende a livre iniciativa e a inserção do Brasil na economia mundial, o presidente Sarney deve agir como estadista e colocar urgentemente o segundo escalão no lugar que é seu, obediente às determinações presidenciais. Afinal, o regime brasileiro é ainda presidencialista.